



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

VOTO Nº 1799/2016

PROCESSO Nº 5011112-35.2015.4.04.7200

ORIGEM: 7ª VARA FEDERAL DE FLORIANÓPOLIS/SC

PROCURADOR OFICIANTE: ROGER FABRE

RELATOR: JOSÉ OSTERNO CAMPOS DE ARAÚJO

INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO MEDIANTE USO DE CHEQUE ADULTERADO EMITIDO EM DESFAVOR DE CORRENTISTA DA CEF (CP, ART. 171, § 3º). MPF: DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. DISCORDÂNCIA DA JUÍZA FEDERAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP, C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CONSUMAÇÃO: LOCAL DO EFETIVO PREJUÍZO À VÍTIMA, OU SEJA, LOCALIDADE DA AGÊNCIA EM QUE A VÍTIMA MANTINHA CONTA. CPP, ART. 70. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime de estelionato majorado (CP, art. 171, § 3º), em razão da notícia de que correntista da CEF (com agência localizada em Palhoça/SC) teve uma folha de cheque “clonada”, no valor de R\$ 890,00. O referido cheque foi depositado em agência da CEF localizada em Limão/SP.

2. O Procurador da República oficiante na PR/SC (que tem atuação em Palhoça/SC) requereu o declínio de competência para a Subseção Judiciária que abranja o Município de Limão/SP, sob o argumento de que seria competente o Juízo do local da obtenção da vantagem ilícita.

3. Discordância da Magistrada da 7ª Vara Federal de Florianópolis/SC, por entender que o crime de estelionato se consuma no local em que ocorreu o efetivo prejuízo à vítima.

4. Consoante recente orientação do Superior Tribunal de Justiça, o crime de estelionato mediante uso de cheque falso se consuma no local onde houve o efetivo prejuízo à vítima, ou seja, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária (CC 136.853/MG; CC 130.490/CE).

5. Nesse contexto, a teor do art. 70 do CPP, a competência deve ser firmada pelo lugar da consumação do delito, *in casu*, Palhoça/SC, onde situada a agência em que a vítima mantinha conta bancária.

6. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal perante a 7ª Vara Federal de Florianópolis/SC.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime de estelionato majorado (CP, art. 171, § 3º), em razão da notícia de que correntista da Caixa Econômica Federal – CEF (com agência localizada em Palhoça/SC) teve uma folha de cheque “clonada”, no valor de R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais).

O referido cheque foi depositado em uma agência da Caixa Econômica Federal localizada em Limão/SP.

O Procurador da República oficiante na PR/SC (que tem atuação em Palhoça/SC) requereu o declínio de competência para a Subseção Judiciária que abranja Limão/SP, sob o argumento de que seria competente o Juízo do local da obtenção da vantagem ilícita (fl. 03).

Discordância da Magistrada da 7ª Vara Federal de Florianópolis/SC, por entender que o crime de estelionato se consuma no local em que ocorreu o efetivo prejuízo à vítima (fls. 04/05).

Os autos ascenderam, então, a esta 2ª Câmara, em aplicação analógica do art. 28 do CPP, c/c art. 62, inc. IV, da Lei Complementar nº 75/93.

É o relatório.

Com razão a Magistrada.

Consoante recente orientação do Superior Tribunal de Justiça, o crime de estelionato mediante uso de cheque falso se consuma no local onde houve o efetivo prejuízo à vítima, ou seja, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ESTELIONATO. CONSUMAÇÃO. LOCAL DO EFETIVO PREJUÍZO À VÍTIMA. LOCAL DA AGÊNCIA À QUAL ESTÁ VINCULADA A CONTA CORRENTE DA VÍTIMA.

1. Nos termos do que prevê o art. 70 do Código de Processo Penal, a competência é, em regra, determinada pelo lugar em que se consuma a infração penal.

2. A jurisprudência firmada nesta Corte dispõe que o delito de estelionato, tipificado no art. 171 do Código Penal, consuma-se no local onde ocorreu o efetivo dano à vítima. No caso dos autos, em que houve o desconto de cheque fraudado, não emitido pelo titular, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Paranavaí/PR, o suscitado.

(CC 136.853/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 19/12/2014)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS FEDERAIS. CRIME DE ESTELIONATO. CONSUMAÇÃO. LOCAL DO EFETIVO PREJUÍZO À VÍTIMA. BANCO SACADO.

1. Conforme disposição do art. 70 do Código de Processo Penal, a competência é, de regra, determinada pelo lugar em que consumada a infração.

2. O delito de estelionato, tipificado no art. 171 do Código Penal, consuma-se onde ocorreu o efetivo dano à vítima, ou seja, no caso dos autos, na localidade da agência onde a vítima possuía a conta bancária, na cidade de Maringá/PR. É competente, portanto, o juízo onde se encontra o banco sacado.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da Subseção Judiciária Federal de Maringá-PR, o suscitado.

(CC 130.490/CE, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 13/03/2014)

Nesse contexto, a teor do art. 70 do CPP, a competência deve ser firmada pelo lugar da consumação do delito, *in casu*, Palhoça/SC, onde situada a agência em que a vítima mantinha conta bancária.

Com essas considerações, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal perante a 7ª Vara Federal de Florianópolis/SC.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília/DF, 04 de março de 2016

José Osterno Campos de Araújo

Procurador Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF